

PARECER TÉCNICO - JURÍDICO INICIAL

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO -
FORMAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1310014/2021.
CONSULTA DA COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÃO - EXECUTIVO MUNICIPAL DE SÃO
JOÃO DOS PATOS, ESTADO DO MARANHÃO.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E
EVENTUAL AQUISIÇÃO DE URNAS FUNERÁRIAS E
SERVIÇOS DE TRANSLADO, PARA ATENDER AS
FAMÍLIAS CARENTES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO
DOS PATOS/MA. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO
APLICÁVEL.

I - RELATÓRIO

Vieram os presentes autos a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico inicial e orientações técnicas à luz da Lei nº 8.666/93, principalmente quanto ao Edital e seus anexos.

Trata-se de Processo Administrativo nº 1310014/2021, referente a Pregão Eletrônico cujo objeto é o registro de preços para a futura e eventual aquisição de urnas funerárias e serviços de translado, para atender as famílias carentes do Município de São João dos Patos - MA.

Estes são os elementos e fatos presentes nos autos.

Passar-se-á à análise da documentação acostada aos autos bem como do procedimento até esta etapa do certame, mormente da minuta do Edital, para verificar se o trâmite seguiu rigorosamente as normas exigidas pela Lei de Licitações.

É, em síntese, o relatório, passa-se a manifestação.

II - DA ANÁLISE E DA FUNDAMENTAÇÃO

Como é cediço, a Constituição Federal determinou no art. 37, inciso XXI, que as contratações da Administração Pública devem ser precedidos por licitação, em regra. No tocante aos processos licitatórios, observa-se a aplicabilidade e vigência eminentemente da Lei nº 8.666/93, que é a norma que trata dos procedimentos licitatórios e contratos com a Administração Pública, Direta e Indireta.

A Administração Pública para contratar serviços, ou adquirir produtos, ou produtos e serviço, é obrigada constitucionalmente a realizar previamente processo administrativo de licitação, consoante previsto no art. 37, inciso XXI da CF/88 e art. 2º da Lei nº 8.666/93, como se pode ver da transcrição da redação dos dispositivos ora citados:

“Art. 37.

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Essa obrigatoriedade de licitar funda-se em dois aspectos: o primeiro é estabelecer um tratamento igualitário entre os interessados em contratar, como forma de realização do princípio da impessoalidade, da isonomia e da moralidade; e o segundo revela-se no propósito do poder Público de alcançar a proposta que lhe seja mais vantajosa.

Desse modo, sagra-se um tratamento igualitário entre os interessados em contratar (respeito ao princípio da impessoalidade, isonomia e moralidade pública), e para se alcançar a proposta mais vantajosa. Depreende-se isto do contido no art. 3º, da Lei nº 8.666/93:

“Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada

em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.”

A Licitação, portanto, é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona proposta mais vantajosa para a contratação de objetos que atendam ao interesse e necessidade, de modo a contemplar a moralidade pública e todos os ditames constitucionais sagrados no artigo 37, caput e incisos, da Constituição Federal.

Dessa forma, permite-se que o Poder Público possa escolher, dentre as propostas apresentadas, qual é a mais vantajosa para si, isto é, para o interesse público, e ainda, permite amplamente a todos a igualdade de condições, sem distinções, usufruir do seu direito de participar dos contratos que o Poder Público celebra.

A análise jurídica se atém, portanto, tão somente às questões de legalidade das minutas de edital e contrato, compreendidos seus anexos e os atos administrativos que precedem a solicitação de parecer jurídico. Primeiramente, cumpre destacar a obrigatoriedade do presente para o cumprimento das regras licitatórias, nos termos do art. 38, IV, e Parágrafo Único da Lei 8.666/93, *verbis*:

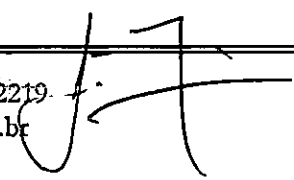
"Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

(...)

VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;

(...)

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração."



Isto posto, verifica-se que há no processo os seguintes documentos: Solicitação de Despesa (SD) contendo justificativa; Termo de Referência devidamente aprovado, com justificativa e especificações detalhadas do objeto como quantidades e valores; Pesquisas de preços; Minuta do Edital e do Contrato; Ofício/Memorando requerendo emissão de Parecer Jurídico Inicial.

Toda a documentação acima descrita segue as normas obrigatórias para o regular procedimento licitatório.

Outra questão relevante é averiguar se a Administração está realizando a espécie adequada para o objeto que se quer licitar. Vejamos.

Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do certame é cabível à modalidade prevista na Lei 10.520/2002, qual seja, o pregão, espécie do tipo menor preço para aquisição de bens e de serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado, senão vejamos:

"Art. 1º. Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

(...)

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado." (GRIFO NOSSO)

Assim, a escolha da modalidade licitatória pela Comissão de Licitação é perfeitamente adequada.

Como já constatado neste parecer, a fase interna está devidamente instruída, com todas as peças indispensáveis ao processo de licitação, conforme disciplina os artigos 38 e 40 da Lei 8.666/93.

Acerca das cláusulas constantes no edital estão em perfeita harmonia com as disposições legais e a minuta contratual atender as exigências contidas do art. 55 da Lei 8.666/93, pois definem objetivamente os bens, não estabelecem condições iníquas, nem tão pouco faz exigências impertinentes de modo a frustrar a competitividade e a igualdade entre os licitantes.

Cumprir frisar que a análise da minuta de edital, foi conduzida à luz da legislação aplicável ao presente caso, onde está assessoria jurídica se atém, tão somente, a questões relativas à legalidade da minuta, não nos competindo nenhuma consideração acerca do mérito ao traçar os parâmetros dos bens e serviços entendidos como necessários.

III - DA CONCLUSÃO

Ex positis, esta Assessoria Jurídica, entende pela aprovação do presente procedimento até esta etapa do certame, devendo ser os autos encaminhados à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL, para as providências cabíveis e o prosseguimento do feito.

É o parecer, salvo melhor juízo.

São João dos Patos – MA, 22 de outubro de 2021.

DANILO DE CARVALHO MADEIRA
Assessor Jurídico
Advogado - OAB/MA 15.793